

Presidente Kennedy

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



PROFE
PROFESSOR

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONVÊNIO N° 27010.666668/2024

TERMO DE CONVÊNIO N° 234/2024 ENTRE
O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO E A FUNDO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE AUGUSTINÓPOLIS.

O GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.053.083/0001-08, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias, s/nº, CEP: 77.001-002, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Secretário o Senhor **FÁBIO PEREIRA VAZ** brasileiro, portador da CLRG nº 3743795 2ª via, DGPC/GO e inscrito no CPF/MF sob o nº 832.405.431-68, nomeado pelo Ato nº 240-NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 6.266 de 07 de fevereiro de 2023, e o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AUGUSTINÓPOLIS**, inscrito no CNPJ nº 33.338.353/0001-55, com endereço: Rua Dom Pedro I, nº 378, Centro - Augustinópolis - 77960-000 - Tocantins - Brasil, doravante denominado **CONVENENTE**, representado pela secretária, a Senhora **MARIA JOSÉ LIMA DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF nº 787.053.121-91 e RG nº 224.845 2ª via - SSP/TO, tem entre si ajustado o presente Termo de Convênio, registrado no Sistema de Convênios e Parcerias do Estado do Tocantins – **Transfere.TC** endereço <http://transfere.to.gov.br/>, sob o nº **234/2024**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que couber na Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei 4.280 de 29 de novembro de 2023, no Decreto nº 6.749, de 19 de fevereiro de 2024, Lei 14.133/2021 que é aplicável no que couber aos convênios, no Decreto Estadual nº 5.815, de 09 de maio de 2018 e Lei Estadual nº 4.220 de 28 de agosto de 2023, consoante o processo nº **2024/27001/000148** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Convênio tem por objeto a implementação de **Obras de infraestrutura da Escola Municipal Presidente Kennedy, Município de Augustinópolis**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS



2.1. Integram este instrumento o Plano de Trabalho e Projeto Básico, propostos pelo CONVENENTE e aprovado pela CONCEDENTE, bem como toda documentação que deles resultem, cujos termos os participes acatam integralmente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

3.1. A eficácia do presente Convênio fica condicionada à apresentação tempestiva dos seguintes documentos pelo CONVENENTE e à respectiva aprovação pelo setor técnico da CONCEDENTE:

- I. Projeto básico, projeto executivo e memorial descritivo, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, inclusive pelas planilhas orçamentárias, contendo elementos necessários e suficientes para caracterizar, de modo preciso: técnica, custo, fases, etapas e prazos de execução (art. 6º, Inc. XXV da Lei Federal nº 14.133/2021; art. 6º, § 5º da PI MPDG nº 424/16; art. 5º, inc. I e II da IN TCE/TO nº 004/04; art. 10, “caput” e §1º do Decreto Estadual nº 5.815/18);
- II. Outras condições porventura indicadas no parecer técnico de aprovação do Plano de Trabalho.

3.2. A CONVENENTE deverá apresentar os documentos referidos no inciso I desta cláusula, antes da celebração, sendo facultado à CONCEDENTE exigi-los depois, desde que antes da liberação da primeira parcela dos recursos (art. 10, §1º do Decreto Estadual nº 5.815/18).

3.3. Os documentos citados no inciso I desta Cláusula serão apreciados pela CONCEDENTE e, se aprovados, ensejará a adequação do Plano de Trabalho.

3.4. Constatados vícios sanáveis no Projeto Básico apresentado, a CONCEDENTE comunicará ao CONVENENTE, estabelecendo prazo para saneamento.

3.5. Caso o Projeto Básico não seja entregue no prazo estabelecido, ou receba parecer técnico contrário à sua aprovação, proceder-se-á à extinção do plano de trabalho e convênio, caso este já tenha sido assinado (caput do art. 10 e § 3º Decreto Estadual nº 5.815, de 09 de maio de 2018).

3.6. Na hipótese do inciso II do caput desta cláusula, aplica-se o art. 10 do Decreto Estadual nº 5.815, de 09 de maio de 2018, de forma que o CONVENENTE terá **90 (noventa)** dias de prazo para cumprimento da condição, prorrogável por igual período, desde que feitas as adequações no Plano de Trabalho e apresentadas as justificativas. A ausência de manifestação do proponente no prazo estipulado se confirmará no seu indeferimento, conforme estabelece o §3º do art. 10 do Decreto Estadual nº 5.815, de 09 de maio de 2018.

CLÁUSULA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

**4.1. São obrigações da CONCEDENTE:**

- I. Realizar no Sistema de Convênios e Parcerias do Estado do Tocantins – **Transfere.TO**, no endereço <http://convencioesto.gov.br>, os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial;
- II. Manter o cadastro do CONVENENTE atualizado no Sistema de Convênios e Parcerias do Estado do Tocantins - **Transfere.TO** no endereço <http://convencioesto.gov.br>, recepcionando as informações e os documentos exigidos pelo Decreto Estadual nº 5.815, de 09 de maio de 2018, de forma a mantê-lo atualizado;
- III. Estabelecer a forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pela CONCEDENTE, inclusive com a indicação do Fiscal do Termo pactuado e meios físicos, financeiros e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de outros órgãos ou entidades, devendo ser suficiente para garantir o pleno acompanhamento e a verificação da execução física do objeto pactuado, informando ao CONVENENTE quando detectadas ocorrências de eventuais desvios, com a solicitação de que imediatamente, tempestivamente, as medidas sancionadoras que impõem fazer;
- IV. Proceder a análise e manifestação pelos setores técnico e jurídico da CONCEDENTE, segundo suas respectivas competências, quanto ao atendimento das exigências formais, legais e constantes deste Termo de Convênio, sendo a análise restrita aos aspectos técnicos e legais necessários à celebração deste instrumento e aos critérios objetivos definidos, não cabendo responsabilização dos técnicos pela incidência de impropriedades, inconformidades e ilegalidades praticadas pelos convenentes durante a execução do objeto deste instrumento;
- V. Transferir ao CONVENENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Estadual e o estabelecido no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- VI. Acompanhar a execução dos recursos transferidos em função deste Convênio, providenciando os devidos registros no Sistema de Convênios e Parcerias do Estado do Tocantins – **Transfere.TO**, no endereço <http://convencioesto.gov.br>, ou em outro que venha a substituí-lo;
- VII. Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução deste Termo de Convênio, além de avaliar os resultados alcançados, inclusive no que diz respeito à qualidade dos produtos e serviços pactuados;
- VIII. Analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de reformulações do Convênio e do seu Plano de Trabalho, fundamentadas em parâmetros técnicos e que não impliquem mudança do objeto;
- IX. Atestar a execução do objeto pactuado, assim como verificar e regular a aplicação dos recursos,



condicionando a respectiva liberação ao cumprimento das metas previamente estabelecidas no § 3º inciso II do art. 40 do Decreto Estadual nº 5.815, de 09 de maio de 2018;

X. Analisar os Relatórios de Execução Físico-Financeira e a Prestação de Contas, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma e prazo fixados no art. 41 do Decreto Estadual nº 5.815, de 09 de maio de 2018;

XI. Notificar o CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a Tomada de Contas Especial, de acordo com o art. 44 do Decreto Estadual nº 5.815, de 09 de maio de 2018.

4.2. São obrigações da CONVENENTE:

I. Executar as atividades inerentes à implantação do objeto deste Convênio com rigorosa obediência ao Plano de Trabalho, bem como fiscalizar a prestação de serviços eventualmente contratados, observando sempre a qualidade, quantidades, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho e no Projeto Básico;

II. Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

III. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços pactuados, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

IV. Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;

V. Manter a CONCEDENTE informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização;

VI. Propiciar os meios e as condições necessárias para que os técnicos da CONCEDENTE e os servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual e do Tribunal de Contas do Estado tenham acesso aos documentos relativos à execução do objeto deste Convênio, bem como aos respectivos locais de execução, de acordo com o inciso XV art. 13 do Decreto Estadual nº 5.815, de 09 de maio de 2018;

VII. Manter os documentos comprobatórios das receitas e despesas realizadas, registros, arquivos e controles contábeis, assim como o cadastro dos beneficiários do programa, arquivados em ordem cronológica, no órgão de contabilização, onde ficarão à disposição dos órgãos de controle interno e



externo do Estado, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas, conforme o art. 43 do Decreto Estadual nº 5.815, de 09 de maio de 2018;

VIII. Arcar, com recursos próprios, com todos os ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados na execução deste Convênio, bem como os encargos tributários ou quaisquer outros que não estejam discriminados no Plano de Trabalho e que decorram deste Convênio;

IX. Prestar contas dos recursos transferidos pela CONCEDENTE destinados à consecução do objeto pactuado;

X. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, após sua execução;

XI. Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Convênio, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera estadual, municipal, e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

XII. Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, inclusive os resultantes de eventual aplicação, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

XIII. Disponibilizar, por meio da internet, consulta ao extrato do Convênio, contendo pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos e eventuais contratações realizadas para a execução do objeto pactuado ou inserir link na sua página eletrônica;

XIV. Disponibilizar, por meio da internet, todas as informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive aquelas referentes à movimentação financeira, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1. Este Convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até **31 de dezembro de 2025**, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por solicitação do CONVENENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela CONCEDENTE.



de acordo com o art. 20º do Decreto Estadual nº 5.815, de 09 de maio de 2018, respeitando o limite de 60 (sessenta) meses, incluindo as prorrogações e aditivos, de acordo com o art. 111, da Lei 14.133/2021.

5.2. A CONCEDENTE prorrogará “de ofício” a vigência deste Termo de Convênio, quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de atraso verificado, conforme estabelece o inciso VI, art. 13 do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Convênio, neste ato fixado em **R\$ 251.250,00 (duzentos e cinquenta e um mil, duzentos e cinquenta reais)**, serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I. **R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento da CONCEDENTE, autorizado pela Lei nº 4.280 de 29 de novembro de 2023, publicada no DOE de 6462 de 04 de dezembro de 2023, UG 270100, assegurado pela Nota de Empenho nº **2024NE112042**, vinculada ao **Projeto nº 010200.000709/2024**, à conta de recursos oriundos do Tesouro Estadual, Fonte de Recursos 500.1001.101, Natureza da Despesa 4.4.40.42 – Auxílios.

II. **R\$ 1.250,00 (hum mil duzentos e cinquenta reais)** relativos à contrapartida do CONVENENTE, a ser aportada na forma e condições estabelecidas no cronograma de desembolso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

7.1. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Tesouro Estadual, em conformidade com o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, e guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do instrumento.

7.2. Os recursos serão movimentados exclusivamente na conta bancária específica do Termo de Convênio, aberta exclusivamente para a execução do objeto proposto.

7.3. A liberação da primeira parcela dos recursos pela CONCEDENTE ficará condicionada à aprovação do Projeto básico, projeto executivo e memorial descritivo, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, inclusive pelas planilhas orçamentárias na hipótese em que esse documento for apresentado após a celebração do instrumento.

7.4. Para o recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o CONVENENTE:

I. Atender as exigências para contratação e pagamento previstas nos arts. 24 a 35 do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018; e



II. Estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho.

7.5. A liberação das parcelas do Termo de Convênio será suspensa até a correção das impropriedades constatadas, quando:

I. Não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pela CONCEDENTE ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública;

II. For verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Termo de Convênio;

III. For descumprida, injustificadamente pelo CONVENENTE, cláusula ou condição do Termo de Convênio.

7.6. Os recursos serão depositados e geridos na conta bancária específica da parceria, Banco do Brasil, Nº 001, Agência nº 3975-6, Conta Corrente nº 35.055-9, em nome do **Fundo Municipal de Educação de Augustinópolis**.

7.7. Caso os recursos não sejam aplicados na execução do objeto da parceria, a restituição dos saldos não utilizados, assim como os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos na conta corrente nº 82011-3 do Banco do Brasil - Nº 001, Agência nº 3615-3, nos termos do §§ 7º e 8º do art. 47 do Decreto nº 5.815 de 10 de maio de 2018; ou aplicados na execução do objeto, art. 29 §§ 2º e 3º do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

CLÁUSULA OITAVA- DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

8.1. Este Termo de Convênio deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a normas pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, de acordo com art. 25 do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

8.2. É vedado ao CONVENENTE:

I. Realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar, exceto a realização de despesas administrativas, conforme estabelece o art. 23 inciso I, do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

II. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do Órgão ou Entidade da Administração pública, direta ou indireta conforme estabelece o art. 23 inciso II, do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018;



III. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida neste Termo;

IV. Realizar despesa em data anterior à vigência deste Termo de Convênio;

V. Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

VI. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

VII. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;

VIII. Estabelecer subcontratação ou equiparados com outros órgãos, entidades ou organizações da sociedade, conforme estabelece o inciso XXII art. 13 do Decreto nº 5.815, de 09 de maio de 2018;

IX. Realizar despesas com sindicato, clube, associação de servidores públicos ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento escolar;

X. Estabelecer subconvênio, subcontratação ou equiparados com Organizações da Sociedade Civil.

CLÁUSULA NONA - DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

9.1. O CONVENENTE deverá executar diretamente a integralidade do objeto, permitindo-se a contratação de serviços de terceiros quando houver previsão no Plano de Trabalho ou em razão de fato superveniente e imprevisível, devidamente justificado, e aprovado pela CONCEDENTE.

9.2. Os órgãos ou entidades da administração pública municipal, direta ou indireta, que receberem recursos do Estado do Tocantins por meio de convênios regulamentados pelo Decreto nº 5.815/2018 estão obrigados a observar os princípios da imparcialidade, moralidade e economicidade, além das disposições contidas na Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes ao assunto, quando da contratação de terceiros, de acordo com o art. 24 do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

9.3. Cabe ao CONVENENTE, na qualidade de contratante:

I. Fazer constar dos contratos, quando houver, que os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Convênio, não cabendo a responsabilização da CONCEDENTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONVENENTE, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à CONCEDENTE.



II. Fazer constar dos contratos celebrados com terceiros, quando houver, que os processos, documentos ou informações referentes à execução de Termo de Convênio não poderão ser sonegados aos servidores da CONCEDENTE, da Controladoria Geral do Estado e do Tribunal de Contas do Estado.

III. Fazer constar dos contratos celebrados com terceiros, quando houver, que aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da CONCEDENTE, da Controladoria Geral do Estado e do Tribunal de Contas do Estado, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos estaduais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Cabe à CONCEDENTE exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes do Plano de Trabalho.

10.2. A execução do objeto deverá sempre ser acompanhada por um Fiscal de Convênio, designado formalmente pela CONCEDENTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura da parceria.

10.3. Ao Fiscal compete:

I. Ler atentamente o Termo de Convênio, plano de trabalho, cronograma de execução, especialmente quanto à especificação do objeto;

II. Ter conhecimento das normas disciplinadoras deste Termo de Convênio para fiscalizar sua correta aplicação;

III. Verificar o cumprimento das condições acordadas neste instrumento e plano de trabalho, técnicas e administrativas, em todos os aspectos;

IV. Orientar o CONVENENTE sobre a correta execução do Termo de Convênio, bem como, levar aos mesmos o conhecimento das situações de risco, recomendando medidas e estabelecendo prazos para a solução;

V. Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Termo, informando à CONCEDENTE ou CONVENENTE, aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas e defeitos observados;

VI. Representar à CONCEDENTE, contra irregularidades, ainda que não diretamente relacionadas à execução, mas acerca de circunstâncias de que tenha conhecimento em razão do ofício;

VII. Buscar, em caso de dúvida, auxílio junto às áreas técnicas competentes sobre assuntos alheios ao seu conhecimento.

10.4. Para o efetivo acompanhamento, controle e avaliação da execução do Plano de Trabalho, o CONVENENTE obriga-se a respeitar as normas estabelecidas no Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

10.5. No exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto, a CONCEDENTE deverá:

I. Comunicar ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, apurados durante a execução deste instrumento de Convênio, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos.

II. Apreciar, decidir e comunicar quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará a apuração do dano ao erário, na forma dalei.

10.6. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado ensejará obrigação do CONVENENTE devolvê-los devidamente atualizados, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido a esse montante 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução, depositados à Conta Corrente nº 82011-3, Agência nº 3615-3, Banco do Brasil S.A.. conforme estabelece no § 3º do Art. 34, do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

XI.1. Este Termo de Convênio poderá ser alterado mediante proposta do CONVENENTE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONCEDENTE em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência ou no prazo nele estipulado, observados os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, sendo vedada a alteração do objeto aprovado, conforme estabelece o art. 20, do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

XI.2. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

12.1. A CONCEDENTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo de Convênio no Diário Oficial do Estado, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, na forma do art. 17, do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

12.2. A eficácia do presente Termo de convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, na forma do caput desta Cláusula.

12.3. A CONCEDENTE obrigatoriamente comunicará a celebração do presente Termo, à Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado no prazo de até 30 (trinta) dias após sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

13.1. Este Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em face de superveniência de impedimento que o torne formal ou materialmente inexequível, ficando os participes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do acordo, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes, conforme preconiza o art. 36 do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

13.2. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Termo de Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão ou entidade repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial, providenciada pela autoridade competente da CONCEDENTE dos recursos, em conta bancária indicada nos termos do Parágrafo único do Art. 36, do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

13.3. O presente Termo de Convênio poderá ser:

1. **Denunciado** a qualquer tempo, ficando os participes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

2. **Rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

2.1 utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

2.2 inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

2.3 constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

2.4 verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, e a ocorrência da inexecução financeira mencionada no art. 44 inciso II alínea “a” do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

13.4. A rescisão do Termo de Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS



14.1. A prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pela CONCEDENTE e dos rendimentos obtidos em aplicações não utilizadas no objeto pactuado, serão devolvidos no prazo estabelecido para a apresentação da prestação de contas, observando a proporcionalidade dos recursos que cabe à CONCEDENTE e ao CONVENENTE, independentemente da data em que foram aportados pelas partes.

14.2. Caso não tenha havido qualquer execução física, nem utilização dos recursos, o recolhimento em conta bancária indicada na Cláusula Sétima, Subcláusula 7.7, deste instrumento nos termos do § 3º do art. 35, do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018, deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas.

14.3. A prestação de contas deverá conter:

I. Ofício de encaminhamento;

II. Relatório de cumprimento do objeto, o qual deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto à efetiva conclusão do objeto pactuado;

III. Demonstrativo de execução de receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso e os saldos;

IV. Relação de pagamentos;

V. Conciliação bancária, acompanhada dos extratos de conta específica desde o recebimento da primeira parcela até a última movimentação financeira;

VI. Relatório de execução físico financeiro;

VII. Ordem de serviços;

VIII. Boletim de medição, nos casos de obras e serviços de engenharia;

IX. Relatório fotográfico;

X. Cópia do termo de aceitação definitiva da obra, quando o instrumento objetivar a execução de obra ou serviço de engenharia;

XI. Relação de bens permanentes adquiridos, construídos ou produzidos;

XII. Comprovante de depósito de eventual saldo de recursos, em conta bancária indicada no respectivo instrumento de formalização conforme os termos do § 3º inciso XII do Art. 40 do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018;

XIII. Cópia da declaração e mapa de preços, elaborado pelo responsável da entidade, indicando a cotação mais vantajosa para execução do objeto proposto;

14.4. A prestação de contas parcial será realizada mediante apresentação dos documentos previstos nos §§ 1º e 4º, incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 40 do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.



14.5. A prestação de contas final será de até 30 (trinta) dias após o encerramento da vigência ou a conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, prorrogável por igual período, com a devida justificativa.

14.6. O CONVENENTE deverá restituir os recursos no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do encerramento do prazo de vigência, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Termo de Convênio, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial. O recolhimento deverá ser feito à Conta 82018-0 Ag. 3615-3, no Banco 001, em favor da CONCEDENTE.

14.7. Ao término do prazo estabelecido, o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas nos termos do § 6º do art. 40 do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018, a CONCEDENTE registrará a inadimplência no Sistema de Convênios e Parcerias do Estado do Tocantins – **Transfere.TO**, no endereço <http://www.transfere.to.br>, por omissão do dever de prestar contas, para fins de Instauração de Tomada de Contas Especial, e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário.

14.8. Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a CONCEDENTE, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no Sistema de Convênios e Parcerias do Estado do Tocantins – **Transfere.TO**, no endereço <http://www.transfere.to.br>, e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência, sob pena de responsabilidade solidária, conforme estabelece o art. 41 inciso III §3º do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

14.9. Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da prestação de contas, a CONCEDENTE poderá a seu critério, conceder prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para CONVENENTE sanar as irregularidades ou cumprir a obrigação, conforme previsto no art. 37 inciso III §4º do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

14.10. A documentação componente da prestação de contas será incluída no mesmo processo da formalização da parceria, preferencialmente nos moldes do Processo Administrativo Eletrônico - PAE, regido pelo Decreto Estadual nº 5.490, de 22 de agosto de 2016, como determina art. 40 inciso III §7º do Decreto 5.815 de 09 de maio de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS BENS REMANESCENTES

15.1. Todos os bens patrimoniais que vierem a ser adquiridos ou produzidos com recursos da CONCEDENTE no âmbito deste Convênio, previstos ou não, remanescentes na data da sua conclusão ou



extinção, serão de propriedade do CONVENENTE, observadas as disposições do art. 13 inciso XIII Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

15.2. A indicação da obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes pelo CONVENENTE e a manifestação de compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade do programa governamental, conforme art. 13, inciso XIII do Decreto nº 5.815 de 09 de maio de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Na forma do disposto do artigo 13, inciso XIX, do Decreto Nº 5.815, de 09 de maio de 2018, fica eleito o foro da Comarca de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo de Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ASSINATURA

17.1. E, por assim estarem plenamente de acordo, os participes obrigam-se ao total cumprimento dos termos do presente instrumento, por meio de assinatura eletrônica na plataforma de convênios e parcerias do Estado do Tocantins, Transfere.TO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmas-TO, 26 de dezembro de 2024.

FÁBIO PEREIRA VAZ

Secretário de Estado da Educação.

MARIA JOSÉ LIMA DE OLIVEIRA

Representante legal do Fundo Municipal de Educação de Augustinópolis



ESTADO DO TOCANTINS
PODER EXECUTIVO

Protocolo de Assinatura

Este Termo de Convênio (**27010.000008/2024**) foi assinado eletronicamente na plataforma de convênios e parcerias do Estado do Tocantins, **CONV@TO**.

Para verificar se este documento é válido acesse o link abaixo informando o código de verificação.

<http://transfere.io.gov.br/PesquisaEterna/verificador.aspx>



Código para verificação
303030303430363935

Hash do Documento

**fa0d10532bd50f71f49b6ce6518a48d5dc8a632d0f89d3b7f6a95fde8665224181fc104
2fee60a20a0ad5f63631dd3785d0d40745f7f6e77ef3de5c99bde7ff8**

Signatário do Documento

FÁBIO PEREIRA VAZ - 832.405.431-68, SECRETARIO do(a) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC. Assinou em 26/12/2024 17:08:16, via LOGIN/SENHA.

MARIA JOSÉ LIMA DE OLIVEIRA - 787.053.121-91, SECRETARIO do(a) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AUGUSTINÓPOLIS - FME. Assinou em 26/12/2024 17:07:29, via LOGIN/SENHA.